INTRODUÇÃO

Sérgio Chichava

Em 2009, o IESE decidiu criar a série *Desafios para Moçambique*, que inclui um conjunto de reflexões sobre os desafios do País nas esferas política, económica, social e internacional no presente e no futuro. Além de apontar, discutirem ou debaterem o que consideram ser os principais desafios de e para Moçambique, os livros desta série têm reflectido sobre possíveis direcções ou opções de política para a construção de uma sociedade próspera.

O livro *Desafios para Moçambique* é geralmente lançado na capital, Maputo, e depois divulgado nas províncias, como forma de levar o debate para mais cantos do País num contexto em que a reflexão sobre Moçambique está excessivamente concentrada na capital. Como dizia Michel Cahen no discurso inaugural da 5.ª Conferência Internacional do IESE em Setembro de 2017, é preciso «“des-sulizar” o IESE» (Cahen, 2017). Ainda com o objectivo de atingir o máximo possível de leitores e assim cumprir o seu objectivo, o livro *Desafios para Moçambique*, assim como outras publicações do IESE, é distribuído gratuitamente às bibliotecas públicas e universitárias de todas as províncias e, seis meses após o lançamento, disponibilizado também gratuitamente em forma digital no *website* do IESE.

Na busca de pluralidade e diversidade de ideias, opiniões e abordagens, o livro procura sempre não ter apenas uma visão dos pesquisadores do IESE, mas também de investigadores nacionais e estrangeiros de outras instituições de pesquisa.

Precedida de uma conferência de dois dias, a edição de 2019 é uma reflexão sobre o próprio livro e tem dois objectivos principais: (i) fazer uma retrospectiva dos principais temas discutidos no livro *Desafios para Moçambique* desde o seu lançamento em 2010; (ii): fazer uma reflexão sobre os principais desafios de Moçambique na última década.

O livro *Desafios para Moçambique 2019* comporta 15 artigos divididos em 4 secções: Política, Economia, Sociedade e Moçambique no Mundo.

A secção Política é composta por cinco artigos. Com base nas diferentes publicações do IESE, incluindo o livro *Desafios para Moçambique*, o primeiro artigo discute a pesquisa realizada pelo IESE ao longo dos cerca de 10 anos da sua existência, enfocando a diversidade temática e teórico-metodológica das suas pesquisas, assim como os desafios e as perspectivas e a relevância da pesquisa do IESE para Moçambique e para o Mundo.

O segundo artigo discute alguns temas abordados na secção política da série *Desafios para Moçambique* ao longo dos 10 anos, nomeadamente a formação do sistema político bipartidário, a partir das bases estabelecidas pelo Acordo Geral de Paz (AGP), a geografia do voto e da abstenção, a questão das autarquias e as perspectivas que se abrem para a descentralização em virtude dos últimos consensos entre o Governo e a Renamo.

O terceiro artigo desta secção olha para a revisão pontual da Constituição, aprovada através da Lei n.º 1/2018 de 12 de Junho, e discute os principais desafios da descentralização fiscal em Moçambique a nível local, argumentando que, devido à fragilidade dos mecanismos de gestão de finanças públicas nos municípios, à concorrência entre a gestão municipal e distrital, à pouca informação pública referente à gestão financeira nas autarquias e à morosidade na transferência dos fundos do Governo central para os governos locais, o País ainda não tem capacidade de avançar para a descentralização de recursos.

A secção económica tem dois artigos: O quarto artigo pesquisa os factores explicativos de desempenho dos municípios na arrecadação do Imposto Pessoal Autárquico (IPA) em treze municípios moçambicanos, nomeadamente as dez capitais provinciais do País e as cidades da Matola, Maxixe e Nacala, no período de 2009 a 2016. Trata-se de 13 municípios que existem desde o início da municipalização em Moçambique em 1997. Destes, em quatro (Beira, Nampula, Quelimane e Nacala) já houve alternância política na governação. Basicamente, este estudo pretende contribuir para o debate sobre a sustentabilidade financeira dos municípios moçambicanos, entendida como condição importante para o alcance do objectivo maior para o qual os municípios foram criados: o de promover o desenvolvimento local.

Com base na experiência de vida dos munícipes da cidade da Beira, o quinto e último artigo procura, reflectir sobre as suas percepções em relação às identidades étnicas e à governação municipal, a partir das dinâmicas de acesso ao emprego neste município. O artigo conclui que as identidades étnicas podem influenciar de forma estruturante as reformas de descentralização, em geral, e da devolução, em particular.

O primeiro faz uma reflexão sobre as dinâmicas, tendências e características do endividamento público em Moçambique ao longo da década 2009-2018 com base na contribuição teórica, analítica e metodológica dos artigos publicados na secção económica do livro *Desafios para Moçambique* ao longo dos 10 anos da sua existência.

O segundo e último artigo da secção económica discute a forma como as dinâmicas de investimento e de exploração dos recursos naturais em Moçambique foram abordadas pelo IESE no livro *Desafios para Moçambique* ao longo das últimas nove edições e como este debate evoluiu ao longo deste período: os avanços e as limitações.

A secção Sociedade é composta por três artigos. O primeiro faz uma reflexão crítica à investigação do IESE sobre protecção social publicada no livro *Desafios para Moçambique* ao longo das 10 edições, mostrando que a maneira como este tema foi definido e operacionalizado não só revela o pluralismo de abordagens teórico-metodológicas e analíticas existentes no IESE, mas também a sua relevância na pesquisa feita pelo Instituto.

Partindo da questão «Que tipo de protecção social poderá Moçambique desenvolver sem poupança interna e profundamente dependente da poupança externa?», o segundo artigo discute os desafios da dependência de Moçambique em relação à poupança externa para financiar o seu

desenvolvimento económico. A discussão é feita olhando para o contributo teórico e empírico da pesquisa do IESE sobre poupança e protecção social ao longo dos últimos 10 anos.

O terceiro e último artigo desta secção discute as dinâmicas demográficas nas principais cidades de Moçambique com base nos dados dos censos de 1997, 2007 e 2017, argumentando que, se a reclassificação urbana realizada nos finais dos anos 1980 e a migração campo-cidade explicam, em parte, o rápido crescimento demográfico urbano em Moçambique, o crescimento natural é o factor mais importante.

A quarta secção do livro é composta por cinco artigos. O primeiro analisa o contributo temático e analítico da pesquisa do IESE sobre as relações entre Moçambique e o Mundo entre 2010 e 2018 publicada no livro *Desafios para Moçambique*.

O segundo artigo analisa as características, tendências e desafios do investimento directo estrangeiro (IDE) chinês em Moçambique entre 2006 e 2017, comparando-o com o dos outros BRICS (vulgo «economias emergentes») e do resto do Mundo. O artigo mostra que o IDE dos BRICS tem crescido a um ritmo relativamente mais acelerado do que o IDE do resto do Mundo em Moçambique e que, dentre as «economias emergentes», o IDE chinês, além de ser o mais importante, mostra uma tendência cada vez mais crescente.

O terceiro artigo faz uma análise das relações entre o Brasil e Moçambique nas duas primeiras décadas do século XXI, olhando para os avanços e recuos que houve na Cooperação Sul-Sul brasileira ao longo deste período. O artigo argumenta que as relações entre os dois países passaram de uma fase em que, durante a presidência de Lula da Silva (2003-2010), Moçambique era o principal parceiro da cooperação técnica, caracterizada, entre outros, por projectos inovadores, como o projecto agrícola ProSAVANA e a fábrica de anti-retrovirais para uma situação de declínio iniciada na Presidência de Dilma Rousseff (2011-2016) e aprofundada no Governo de Michel Temer (2016-2018) e no actual de Jair Bolsonaro devido a problemas domésticos no Brasil.

O quarto artigo discute a evolução da cooperação brasileira em Moçambique com foco no programa Mais Alimentos Internacional (MAI), cujo objectivo é o fortalecimento da agricultura familiar através da mecanização. Esta análise é feita com base em três crónicas que mostram a evolução do programa e da cooperação entre os dois países, nomeadamente: (i) a génese do MAI; (ii) a chegada do MAI ao contexto africano e a maneira como foi interpretado e apropriado pelo Governo de Moçambique e (iii) os desdobramentos da cooperação brasileira em Moçambique depois da conclusão das actividades de cooperação.

O quinto e último artigo discute a cooperação técnica entre Moçambique e Brasil na área de defesa e segurança, mostrando que, à semelhança das outras áreas amplamente mediatizadas, como saúde e agricultura, a cooperação neste domínio também conheceu um aumento nos últimos 10 anos. Isto explica-se, de acordo com o artigo, pelo facto de Moçambique, devido à sua localização geográfica estratégica no Oceano Índico e à participação na Comunidade dos

Países de Língua Portuguesa (CPLP), ser considerado um parceiro importante para o Brasil na sua cooperação em defesa com os países africanos.

Os artigos presentes nesta décima edição do livro *Desafios para Moçambique* mostram que os desafios do País identificados ao longo das anteriores edições, nomeadamente o desafio de inclusão política, económica e social, continuam e tendem a exacerbar-se. Do ponto de vista político, o acordo de paz assinado entre a Renamo e o Governo a 6 de Agosto de 2019 não parece garantir uma paz efectiva, uma vez que não é reconhecido por uma ala da Renamo, que também não se revê na liderança de Ossufo Momade, actual líder do partido. Ao mesmo tempo, as eleições gerais previstas para Outubro de 2019 realizam-se num contexto em que parece que as regras do jogo estão viciadas de modo a favorecer uma das partes, o que não augura um desfecho eleitoral positivo. Simultaneamente, o conflito militar que emergiu em Cabo Delgado em finais de 2017, quando um grupo de insurgentes começou a atacar civis e instituições do Estado, parece estar a alastrar-se, pondo em causa a economia e a vida das populações locais num contexto em que o Governo está visivelmente a perder o controlo da situação. Do ponto de vista económico, a economia moçambicana assim como a credibilidade do País junto dos doadores continuam bastante afectadas pelo impacto das chamadas «dívidas ocultas» (contraídas sem aval do Parlamento) e, mais recentemente, pelos ciclones que assolaram severamente o País, particularmente as províncias de Sofala e Manica (ciclone Idai) e Cabo Delgado (ciclone Kenneth).

Sérgio Chichava
Setembro de 2019